



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**

**MEMÓRIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ**

**Data:** 01 de julho de 2025.

**Local:** Sala 735, sede do MMA, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

**Coordenação da Reunião:** Adalberto Maluf (MMA)

**Relatoria:** Daniele Procópio (MMA)

**1. Abertura e aprovação da pauta:**

O Sr. *Adalberto Maluf (MMA)*, coordenador da *Conasq*, abriu a reunião, dando boas-vindas a todos.

Informou que foi publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho a PORTARIA DE PESSOAL GM/MMA Nº 580, DE 26 DE JUNHO DE 2025, formalizando a alteração de alguns representantes da *Conasq*.

Houve uma rodada de apresentação na sequência, destacando os novos membros designados.

Em seguida, passou-se à aprovação da pauta.

O coordenador da *Conasq* informou que os convites com a pauta foram enviados no dia 10 de junho.

A pauta foi aprovada com uma pequena alteração de ordem, ficando a palestra do Professor Dr. Cláudio Oller, agendada para ocorrer às 17h, antecipada para as 15h.

**2. Aprovação da Memória da 4ª Reunião Ordinária**

As memórias foram aprovadas sem alterações de redação.

**3. Eleições da Conasq**

O coordenador da *Conasq* contextualizou, informando que, de acordo com o art.3ª, §9º do Decreto 11.686/23, o mandato dos representantes dos setores não-governamentais da *Conasq*, que são escolhidos por meio de seleção pública, é de 2 anos. O mandato atual encerra-se, portanto, em fevereiro/março 2026, sendo vedada a recondução.

O Regimento Interno da *Conasq*, porém, em seu art. 3º, §2º permite a reeleição.

A coordenação da Comissão recebeu, no dia 13/05, um ofício referente à solicitação de alteração do Decreto 11.686, de 05 setembro de 2023, que institui a *Conasq*, para que a recondução seja possibilitada. Dez entidades subscreveram a carta: Abiquim, ACPO, Toxisphera, Fundação Grupo Esquel Brasil, CNI, SINPROQUIM, SBQ, FSA, CFQ, CRQ.

Neste documento, as entidades pontuaram a expertise dos indicados na área de segurança química e argumentaram que, considerando a especificidade do tema, ainda não há no Brasil um número suficiente de entidades representantes dos setores não governamentais capaz de atender aos critérios estabelecidos no decreto de modo a substituir, com o mesmo padrão de conhecimento do tema, as entidades hoje participantes.

O coordenador da Conasq disse concordar com o mérito do ofício e informou que a demanda foi encaminhada à CONJUR/MMA para avaliação da melhor maneira de solucionar a questão apresentada. Informou que todos serão comunicados quando houver atualizações.

A representante da Abiquim, Camila Hubner, e o representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born, reforçaram o apoio ao conteúdo do ofício e agradeceram à coordenação por ter encaminhado a questão.

#### **4. Palestra do Professor Dr. Cláudio Oller: apresentação do estudo sobre biodegradação de PCBs da USP**

A Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende, contextualizou o tema: em reuniões anteriores da Comissão, durante as apresentações das atualizações do projeto PCB, foi questionada a possibilidade da utilização de tecnologias de biodegradação para a eliminação da substância. Por isso, a equipe do projeto sugeriu a inserção deste tópico como ponto de pauta.

O Professor Dr. Cláudio Oller introduziu o título da apresentação: Bioprospecção de bactérias para a degradação do PCB presente em óleo de transformador.

Começou sua fala apresentando a estrutura química dos PCBs, destacando ser possível a existência de 209 congêneres com propriedades diferentes. Fez um breve histórico sobre a substância, citando marcos importantes: descoberta, produção em larga escala e primeiras proibições. Explicou sobre a mobilidade dos PCBs no meio ambiente e os impactos à cadeia alimentar.

Feita essa contextualização, o Professor Dr. Cláudio Oller informou que foram isoladas, a partir de óleo de transformadores elétricos, bactérias autóctones capazes de degradar os PCBs. Experimentos de bancada realizados em um biorreator mostraram que os PCBs presentes em três amostras de óleo, mesmo em concentrações iniciais diferentes, foram completamente degradados.

A bactéria cuja eficiência foi comprovada foi expandida e os inóculos colocados em óleo de transformador de pequeno porte, em operação, para verificar o potencial de degradação do PCB. Os resultados mostraram uma diminuição das concentrações do contaminante do óleo após 7 dias de incubação.

Por fim, foram apresentadas as etapas propostas para realizar o tratamento e avaliação do processo de degradação de bactérias isoladas de óleos de transformadores.

O Professor Dr. Cláudio Oller informou que a pesquisa será publicada.

Ao final da apresentação os membros da Conasq puderam fazer questionamentos e dirimir dúvidas.

#### **5. Relatos das atividades dos GTs**

##### **5.1 GTT Minamata**

Foi dada a palavra à *Coordenadora-Geral de Segurança Química do MMA, Camila Boechat*, para relatar o progresso das atividades do GTT.

A *Coordenadora-Geral* informou que 6ª Reunião do Grupo de Trabalho Permanente da Convenção de Minamata sobre Mercúrio foi realizada no dia 27 de maio de 2025.

Na ocasião, a Anvisa apresentou os principais elementos da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 879/2024, que trata do uso de amálgamas dentárias no Brasil, conforme solicitado pela sociedade civil na 3ª RO da Conasq.

O Ibama apresentou os resultados parciais do Projeto Rede de Monitoramento Ambiental no Território Indígena Yanomami e Alto Amazonas. O primeiro ciclo de amostragens foi concluído em 2024, com a coleta de amostras em 38 pontos, incluindo Terras Indígenas e Unidades de Conservação adjacentes. Em 2025, teve início o segundo ciclo, com visitas a pontos anteriormente amostrados e complementação de lacunas do primeiro ciclo. O banco de dados com os resultados foi entregue ao Ibama.

A representante do Ibama, *Mariana Nakashima*, informou que os dados foram recebidos pelo órgão, mas que ainda seria necessário finalizar o tratamento dos dados para se obter respostas conclusivas sobre a contaminação da área. Relembrou do compromisso assumido pela Casa Civil do Governo Federal de que os resultados seriam compartilhados primeiramente com as comunidades nas quais as amostras foram retiradas. Feito isso, os dados poderiam ser compartilhados com o GT-Minamata.

Seguindo, a *Coordenadora-Geral* relatou que os representantes do Ministério da Saúde e da Fiocruz apresentaram o [Manual Técnico para Atendimento de Indígenas Expostos ao Mercúrio](#), elaborado com base em evidências e experiências práticas em território. O manual é uma ferramenta para orientar ações integradas de saúde, vigilância e atenção às populações indígenas afetadas pela contaminação por mercúrio.

Além disso, o Ministério de Minas e Energia apresentou os avanços no desenvolvimento do Plano de Ação Nacional para Mineração Artesanal e de Pequena Escala (MAPE).

Por fim, foi aberto espaço para relatos e atualizações por parte dos membros do GTT, que compartilharam ações recentes voltadas à implementação da Convenção de Minamata no Brasil, incluindo iniciativas regulatórias, de capacitação, fiscalização, monitoramento e cooperação internacional.

A próxima reunião do GT está agendada para o dia 27/08.

O *Coordenador da Conasq* complementou o relato informando que o monitoramento de mercúrio começa a adentrar novo território – Território Munduruku – com a colaboração com o Instituto Amazônico de Mercúrio. Se tudo ocorrer conforme o previsto, há possibilidade de expansão, também, para os territórios Pataxós e Kayapó ainda este ano.

O *Coordenador da Conasq* também comentou que as próximas reuniões do grupo deverão abordar assuntos relacionados à Conferência das Partes (COP) da Convenção de Minamata. Os membros da Comissão pontuaram a necessidade de se debater a possibilidade do *phase-out* das amálgamas de Mercúrio no contexto da Convenção.

## **5.2 GTP Substâncias Químicas em Plásticos**

Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para relatar o progresso das atividades do GTP.

O GTT Substâncias Químicas em Plásticos se reuniu duas vezes.

Durante a primeira reunião, em 30/05, a coordenação apresentou os objetivos e os resultados esperados constantes no Termo de Referência e dirimiu dúvidas dos membros. Seguindo a metodologia utilizada no GT-Regulação, o grupo principal foi dividido em três subgrupos.

O primeiro subgrupo, coordenado pela SBQ, ficou responsável por dar continuidade ao levantamento das regulações vigentes sobre substâncias químicas em plásticos, adicionando as portarias do INMETRO ao levantamento já compilado com as normas da ANVISA.

O segundo subgrupo, coordenado pelo MMA, ficou responsável por realizar um estudo de potencial correlação parcial ou completa entre Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e CAS para controle de substâncias químicas comercializadas. Mencionou que essa questão está sendo um grande desafio, tendo a coordenação do GT contado com o auxílio da Receita Federal Brasileira (RFB) para executar essa atividade. A entidade pontuou a necessidade de diferenciar a NCM das substâncias puras ou em misturas, mas se comprometeu a conduzir o levantamento inicial.

Já o terceiro subgrupo, coordenado pelo Ibama conduziu um levantamento de informações para alimentar o fluxograma aprovado no primeiro mandato GTT.

Na segunda reunião, ocorrida no dia 30/06, os subgrupos apresentaram os trabalhos parciais desenvolvidos até então.

A próxima reunião deve ocorrer no dia 16/07. Após esta data, os documentos serão encaminhados para os representantes da Conasq e, não havendo considerações, os produtos serão considerados aprovados tacitamente.

*O representante do MDIC, Washington Bonini*, questionou a possibilidade de levar as discussões sobre as definições propostas na minuta do acordo para debate no GTT.

*A Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende*, falou que isso extrapolaria os objetivos listados no TdR, mas que, não havendo objeções, este tema poderia ser levado ao GT.

*O Coordenador da Conasq* expressou concordância com a proposta.

*O representante da SBQ e vice-coordenador do GTT, Walter Waldman*, apoiou a proposta, mas disse que não haveria tempo hábil para fazer isso na próxima reunião do GTT.

Ficou decidido que a questão seria levada para o GTT.

### **5.3 GTP Educação em Segurança Química**

Foi dada a palavra à *representante da ABIQUIM, Camila Hubner*, vice-coordenadora do GTP, para relatar o progresso das atividades.

O GTP se reuniu duas vezes. O grupo tem trabalhado no plano de ação, avaliando as atividades que deverão ser inseridas no documento.

A próxima reunião ainda não está agendada.

#### 5.4 GTT Regulação de Substância Químicas

O *Coordenador da Conasq* informou que o GTT foi encerrado após 11 reuniões, tendo o grupo finalizado a minuta de Decreto regulamentador.

O MMA aguarda as anuências dos Ministérios afetos, necessárias para abrir a consulta pública para o Decreto. Explicou que esse procedimento é exigido pela Casa Civil.

A *representante da ABIQUIM, Camila Hubner*, questionou, se após o período de consulta pública, haveria novas reuniões extraordinárias no âmbito da Conasq para discutir as contribuições recebidas.

O *Coordenador da Conasq* respondeu que o objetivo seria, sim, agendar uma reunião extraordinária da Comissão para tratar do texto da minuta do Decreto.

#### 5.5 GTP P2R2

Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para relatar o progresso das atividades do GTP.

A primeira reunião do Grupo de Trabalho Permanente sobre o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (GT-P2R2), realizada virtualmente, no dia 28 de maio de 2025, teve como objetivo iniciar os trabalhos do grupo, apresentar seus membros e definir a estratégia de atuação. A reunião teve ampla participação de profissionais que atuam ativamente nessa área.

A reunião contou com a participação do Secretário Nacional, Adalberto Maluf, na abertura, que destacou a importância de retomar o tema após a extinção da Comissão Nacional do P2R2 e relembrou a necessidade de articulação eficiente frente a emergências, como no caso do acidente na ponte entre Tocantins e Maranhão.

Durante o encontro, foi feita uma rodada de apresentação dos integrantes, destacando as perspectivas de cada um com a criação do GT, e foram apresentados os objetivos do grupo, como o fortalecimento do marco regulatório, a reestruturação da governança nacional, a integração de dados e instituições, o fomento à capacitação, o compartilhamento de boas práticas e o apoio a estados e municípios em situações emergenciais.

O Analista Ambiental do MMA Thiago Valente, que já havia participado da reunião anterior da Conasq, apresentou o histórico do P2R2, além do Diagnóstico Nacional do P2R2.

Foi discutida, também, a metodologia de trabalho do GTT, com reuniões ordinárias previstas no mínimo duas vezes ao ano e coordenação pelo MMA. O calendário para o ano de 2025 foi aprovado.

Durante as considerações finais, destacaram-se temas como a necessidade de elaboração de proposta para atualizar o Decreto nº 5.098/2003, o debate sobre a inclusão de resíduos no escopo do plano, a criação de grupo de comunicação com o grupo e apoio a capacitações.

A próxima reunião está agendada para o dia 24 de setembro de 2025.

O *representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born*, pediu para que a *Diretora* comentasse sobre quais partes do Decreto precisariam ser atualizadas. Mencionou o

[Acordo de Escazú](#) que, embora ainda não aprovado pelo Congresso Nacional, relaciona-se com este tema.

A *Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende*, respondeu que, a princípio, a revisão seria focada na instância de coordenação, visto que, antes mesmo da extinção da Comissão do P2R2, o colegiado não se reunia com frequência. Seria necessário, ainda, avaliar possível ocorrência de duplicidade regulatória e ver como este tema poderia ser relacionado com o acordo de Escazú.

## **6. Relato COPs BRS 2025 - 17ª reunião da Conferência das Partes da Convenção de Basileia, 12ª reunião da Conferência das Partes da Convenção de Roterdã e 12ª reunião da Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo**

O *Coordenador da Conasq* falou que a COP ocorreu recentemente, com grande participação da delegação brasileira, a qual foi composta pelas seguintes instituições: MMA, Ministério da Saúde, Ibama, Anvisa, MAPA e MRE. A Cetesb, como Centro Regional da Convenção de Estocolmo para a América Latina e o Caribe, também participou das COPs e tinha um estande em que expôs as atividades que realiza.

Feita a contextualização, foi dada a palavra à *representante do MRE, Juliana Becker*, para fazer o relato sobre os principais acontecimentos.

A COP BRS 2025 ocorreu entre os dias 28 de abril e 09 de maio. Os três candidatos indicados pelo Brasil foram eleitos para vagas do GRULAC (Grupo de países da América Latina e do Caribe) nos órgãos subsidiários das Convenções BRS: Flávio Manoel Rodrigues da Silva Júnior para o Comitê de Revisão de Produtos Químicos da Convenção de Roterdã (CRC) para mandato de 2026 a 2030; Peter Rembischevski para o Comitê de Revisão de Poluentes Orgânicos Persistentes da Convenção de Estocolmo (POPRC), também para o mandato de 2026 a 2030; e o primeiro-secretário Francisco Nelson de Almeida Linhares Júnior foi eleito para o Comitê de Cumprimento da Convenção de Estocolmo, com mandato de 2025 a 2027.

Foram tratadas, também, questões sobre o financiamento das convenções, para que esses mecanismos sejam aplicados da forma que foram previstos, com contribuições dos países desenvolvidos na prestação de apoio aos países em desenvolvimento para o cumprimento das convenções.

### **6.1 Convenção de Basileia**

A *representante do MRE, Juliana Becker*, informou que o processo de revisão do Anexo IV da Convenção da Basileia, que estabelece as operações de disposição e recuperação de resíduos perigosos e outros resíduos, foi concluído sem a inclusão de novas entradas. A decisão adotada prevê, contudo, que a COP-18 poderá retomar as discussões sobre a possível inclusão de novas entradas neste Anexo.

Foi estendido o prazo para envio de comentários sobre a Convenção Internacional de Hong Kong para a Reciclagem Segura e Ambientalmente Adequada de Navios e como ela se relaciona com as Convenções BRS. Ficou acordado que o novo prazo para envio de comentários das Partes será novembro de 2025.

Ainda no contexto da Convenção de Basileia, deverá ocorrer deliberação sobre a possível criação de fluxo específico de resíduos têxteis – proposta do Chile e da União Europeia.



O Brasil apresentou propostas à Conferência, incluindo a solicitação de apoio técnico das Partes e transferência de tecnologia, com vistas à implementação efetiva das emendas pertinentes para a gestão de resíduos plásticos. Além disso, também por proposta brasileira, o novo marco estratégico da Convenção de Basileia para 2025-2031 foi aprovado e considerará as dificuldades enfrentadas pelas Partes no fornecimento de dados, especialmente no que diz respeito a determinados indicadores.

Quanto ao Comitê de Implementação e Cumprimento da Convenção (ICC), o Brasil, em suas intervenções, reiterou posição contrária à adoção de abordagens punitivas em matéria de cumprimento, sublinhando a importância de mecanismos de cooperação, assistência técnica e fortalecimento de capacidades.

## 6.2 Convenção de Roterdã

A representante do MRE, Juliana Becker, informou que a Conferência das Partes chegou a um acordo sobre a inclusão de duas substâncias no Anexo III: o carbossulfano e a fentiona. As resoluções entrarão em vigor em 22 de outubro de 2025 para todos os países.

Não foi possível alcançar consenso quanto à listagem de nenhuma das demais substâncias deliberadas, a saber: paraquate, acetocloro, mercúrio, brometo de metila, iprodiona, clorpirifós e amianto crisotila.

No tocante às discussões sobre a efetividade da Convenção, o Brasil e, pouco antes da plenária, a União Europeia apresentaram “Conference Room Papers” (CRPs). A proposta brasileira defendeu que o fortalecimento da efetividade do tratado requer maior clareza sobre seus objetivos, conforme estabelecido no Artigo 1º. Entre os pontos centrais, destacavam-se preocupações relativas à interpretação, por parte de certificadoras privadas, da inclusão de substâncias no Anexo III como indicativo de banimento.

A proposta brasileira também incluiu medidas estruturantes, como o fortalecimento das capacidades técnicas das Partes para a realização de análises de risco e a promoção de maior equidade no Comitê de Revisão de Produtos Químicos (CRC).

A decisão RC-12/5 resultou em compromisso que inclui pedido à FAO e à OMS para revisar o critério 6 no JMPM, relacionada aos agrotóxicos altamente perigosos (*Highly Hazardous Pesticides*, HHPs). O Secretariado reunirá e divulgará informações das partes sobre os desafios relacionados a certificadoras privadas na página online da Convenção de Roterdã, buscando mais transparência e compreensão dos impactos das interpretações do Anexo III. A decisão também incluiu medidas para aumentar a acessibilidade ao processo de listagem: tradução do “Handbook of Working Procedures and Policy Guidance for the Chemical Review Committee” e a oferta de interpretação nos seis idiomas oficiais da ONU durante as reuniões do CRC, sujeita à disponibilidade de recursos financeiros.

## 6.3 Convenção de Estocolmo

A representante do MRE, Juliana Becker, informou que foi aprovada a inclusão de três novas substâncias no Anexo A: o clorpirifós, os ácidos perfluorocarboxílicos de cadeia longa e as parafinas cloradas de cadeia média. As referidas listagens foram acompanhadas de isenções específicas. A entrada em vigor é um ano após a adoção das decisões. Porém, antes disso, conforme informou, as decisões precisam ser traduzidas para as línguas da ONU.

As decisões relativas ao UV-328 preveem isenção temporária (até 2030) e específica para uso da substância em fitas adesivas e selantes na aviação civil e militar. Esta demanda, proveniente de demanda do setor da aviação, foi muito debatida pelas partes. A representante do MRE, Juliana Becker destacou que foram incluídas disposições preambulares sobre o caráter extraordinário da decisão, justificado pelos volumes limitados e pela especificidade do uso. Também foi determinado que a mudança nas listas aprovadas não deve ser uma prática comum e que os beneficiários da nova isenção devem apresentar relatórios anuais para avaliação pelo POPRC e submetidos à consideração da COP-13.

No que se refere à definição do programa de trabalho do Comitê de Cumprimento para o biênio 2026-2027, o Brasil obteve êxito na inclusão de item voltado à identificação dos desafios enfrentados pelas Partes em desenvolvimento na implementação dos Artigos 12 e 13 da Convenção, com especial atenção aos custos envolvidos. A proposta se baseou no Artigo 13, e a decisão aprovada determina que o Comitê formulará recomendações sobre os meios necessários para viabilizar o cumprimento das obrigações assumidas por essas Partes.

A Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende, comentou que, seguindo a inclusão de novos poluentes orgânicos persistentes (POPs) no Anexo A da Convenção, seria necessário atualizar o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo (NIP Brasil). O MMA já avalia como executará esta atividade.

Sobre as isenções relativas ao UV-328 e ao Declorano plus, a Diretora informou que a equipe do MMA está preparando um formulário online o qual será encaminhado para os membros do [GT-BRS](#) ajudarem com a divulgação junto às entidades afetas ao tema.

A representante do MAPA, Marina Veras, questionou se o formulário seria relativo apenas às duas substâncias mencionadas.

A Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende, confirmou o entendimento e disse que as demais substâncias seriam discutidas no âmbito do GT BRS, cuja reunião está agendada para o dia 05 de agosto. Essa diferenciação ocorreu porque essas duas substâncias já haviam sido incluídas na COP anterior (em 2023), tendo o secretariado, portanto, iniciado previamente o encaminhamento das informações necessárias para os pedidos de isenção.

O representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born, agradeceu o relato e questionou se o MRE poderia encaminhar uma versão do relatório da COP BRS 2025 para ser distribuída para os membros da Conasq. Também solicitou que o GT BRS faça, se possível, uma análise dos possíveis desdobramentos – *roadmap* – dos resultados das Convenções para ser apresentada na reunião seguinte da Conasq.

O representante da ACPO, Jeffer Castello Branco, agradeceu o relato e apoiou a solicitação feita pelo representante da Fundação Grupo Esquel Brasil. Questionou sobre a possibilidade de haver tradução dos documentos da ONU para o português, sobre a operacionalização de visitas a áreas contaminadas financiadas pela Convenção e, também, sobre a possibilidade de listar o percloroetileno no texto da Convenção.

O Coordenador da Conasq falou que a possibilidade da listagem do percloroetileno poderia ser avaliada. Mencionou que as Convenções dificilmente possuem recursos para lidar com áreas contaminadas.

A representante do MRE, Juliana Becker, falou que o MRE providenciaria o relatório solicitado. Em relação à tradução dos documentos, falou o reconhecimento do idioma português como uma das línguas oficiais da ONU costumava ser uma demanda do Brasil.



O representante da Anvisa, Peter Rembischevski, falou que iria se aprofundar sobre o processo para indicação de substâncias para listagem na Convenção.

## **7. Atualização dos projetos do MMA em segurança química**

### **7.1 Projeto do Special Programme: Fortalecimento da capacidade institucional para o gerenciamento Ambientalmente Adequado de Substâncias Químicas no Brasil**

Camila Gontijo, Gerente do Projeto do Special Programme, foi convidada para fazer a atualização do progresso das atividades.

Lembrou que o projeto é composto por quatro etapas: (1) fortalecimento institucional; (2) estudo de benchmarking – análise de sistemas; (3) construção e integração do sistema de gestão de químicos, com quatro módulos; e (4) formação, envolvendo cursos.

O termo de referência (TdR) da etapa 2 foi publicado para a contratação de consultor, porém não houve a inscrição de candidatos que cumprissem com os requisitos. Por isso, o TdR será reformulado, com previsão para nova publicação no mês de julho. A entrega do produto resultante da consultoria está prevista para ocorrer em outubro.

Na sequência, a contratação de empresa especializada para desenvolver o sistema previsto na etapa 3 deve ocorrer em dezembro de 2025 ou janeiro de 2026.

Em relação aos cursos, a equipe do projeto trabalha em conjunto com o Ibama para realizar, ainda este ano, dois cursos de formação sobre OSHA regulations (29 CFR) e NFPA 427. Os participantes do curso devem ser definidos no âmbito do GT-P2R2.

Há previsão de treinamentos em 2026 e 2027 relacionados ao uso do sistema que será desenvolvido.

### **7.2 Projeto IICA: revisão do Plano de Dioxinas e Furanos**

O coordenador da Conasq informou que um consultor foi contratado através do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para executar esta atividade. O projeto encontra-se na fase de realização de reuniões iniciais.

### **7.3 Projeto Mercúrio em Cimenteiras**

Renata Marques, coordenadora do projeto no PNUMA, foi convidada para fazer a atualização do progresso das atividades.

A coordenadora do projeto contextualizou sobre o inventário de mercúrio na indústria de cimento. Falou que essa indústria foi classificada, tanto no cenário mínimo quanto no cenário máximo, como estando entre os cinco maiores emissores de mercúrio. Explicou que esse fenômeno não é exclusivo do Brasil, sendo observado, também, em outros países.

O projeto havia sido aprovado em junho de 2024, com recurso de US\$ 12 milhões e cofinanciamento de US\$ 72 milhões.

O projeto é composto por 4 principais componentes: (1) política de regulamentação e desenvolvimento de capacidades para controle, minimização e gestão das emissões de mercúrio na indústria de cimento; (2) implementação das melhores tecnologias disponíveis e das melhores práticas ambientais para o controle e a redução das emissões de mercúrio na indústria de cimento;

(3) demonstrac o de solu es de produ o circulares e energeticamente eficientes para reduzir as emissões de mercúrio na indústria de cimento; (4) gestão do conhecimento e parcerias; e (5) monitoramento e avalia o do projeto.

*Renata Marques, coordenadora do projeto no PNUMA*, falou brevemente sobre a distribu o do orçamento do projeto e apresentou a governança, a qual será composta por um comitê diretivo coordenado pelo MMA.

O projeto encontra-se na fase de revisão do plano de implementa o para um documento de projeto.   necessário o recebimento das cartas de cofinanciamento para a conclusão desta etapa. O prazo para submissão final   20 de agosto.

Sendo tudo aprovado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility - GEF*), a previsão   que a implementa o comece ainda em 2025.

#### **7.4 Projeto SIP de Mercúrio**

O *coordenador da Conasq* informou que o projeto se encontra atualmente na fase de finaliza o dos trâmites legais junto ao Secretariado da Conven o. De acordo com informa es recentes, o Secretariado está elaborando os acordos jurídicos para todos os projetos aprovados nesta rodada.

O Project Cooperation Agreement (PCA) será encaminhado ao Brasil para análise e, se aprovado, para assinatura. A formaliza o deste acordo   etapa essencial para o início da implementa o do projeto.

Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o projeto tem como foco o fortalecimento da capacidade institucional para enfrentar os impactos ambientais e de saúde pública relacionados ao uso de mercúrio na minera o artesanal e de pequena escala (MAPE), promovendo alternativas mais seguras e sustentáveis, em consonância com os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Conven o de Minamata.

#### **7.5 Projeto Mercúrio em Cloro- calis**

O *coordenador da Conasq* informou o Projeto cloro- calis, em fase de prepara o final para submissão ao GEF, foca na desativa o segura de células de mercúrio ainda existentes na indústria de cloro- calis no Brasil, em atendimento aos compromissos da Conven o de Minamata.

O projeto, sob coordena o do MMA e com apoio do PNUMA, prioriza a avalia o técnica das op es para destina o ambientalmente adequada do mercúrio. O setor se comprometeu a encerrar o uso de mercúrio até dezembro de 2025.

Houve um atraso no repasse de recursos para a  g ncia executora.

#### **7.6 Processo de elabora o do Inventário de emissões do mercúrio (MMA)**

*Camila Boechat, Coordenadora-geral de Segurança Química do MMA*, foi convidada para fazer a atualiza o do progresso das atividades.

A *Coordenadora* informou que o MMA está em processo de atualiza o do Inventário Nacional de Emissões de Mercúrio, em consonância com os compromissos assumidos no âmbito

da Convenção de Minamata. A iniciativa tem por objetivo identificar e quantificar as principais fontes de emissão e liberação de mercúrio no território nacional, subsidiando o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes para a gestão ambientalmente adequada dessa substância.

A metodologia adotada será o *Toolkit for Identification and Quantification of Mercury Releases*, ferramenta técnica disponibilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e reconhecida pela Convenção.

A equipe do MMA está elaborando ofícios para coleta de dados provenientes de diversos setores, como mineração, indústria de produtos químicos, geração de energia, descarte de resíduos, incineração, produção de cimento, entre outros.

Espera-se ter uma primeira versão em dezembro de 2025, para cumprimento com o Acordo de Gestão.

## 7.6 Projeto PCB Responsável

*Angélica Griesinger, Gerente do Projeto PCB Responsável*, foi convidada para fazer a atualização do progresso das atividades e resultados do projeto.

O projeto tem avançado na parte de fortalecimento institucional. Em relação ao sistema nacional de gestão e descarte, foi citada a consolidação do inventário nacional de PCB em abril de 2025, além da participação periódica da equipe nas reuniões ordinárias da Conasq.

Sobre os arranjos financeiros para eliminação do estoque de nacional de PCB, a *Gerente do Projeto PCB Responsável* comunicou que o Estudo de Viabilidade Técnico e Econômica (EVTE) foi finalizado, com identificação das rotas de tratamento e estimativas de custo e do apoio à aplicação da estratégia para eliminação de PCBs. Mencionou, também, que a estratégia para áreas sensíveis foi definida e que a contratação de estudo sobre fontes de financiamento encontra-se em andamento.

No contexto do apoio à aplicação da estratégia para eliminação de PCBs, ocorreram 3 Encontros com Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS) e 7 reuniões bilaterais presenciais com Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (RJ, MG, BA, DF, PE, PA, SP). A equipe do projeto trabalha, ainda, em parceria com o Centro Regional para a Convenção de Estocolmo (CETESB/SP) para desenhar programa de formação de capacidades para os estados.

Foi feito um levantamento de viabilidade para projetos-piloto, que concluiu que seria inviável a execução da maneira como desenhado no documento de projeto (PRODOC). Alternativas estão sendo identificadas e a equipe do projeto trabalha em articulação com o SENAI para parceria na capacitação com oficinas mecânicas.

No âmbito do projeto-piloto inovador (*Best Available Technic and Best Environmental Practice - BAT/BEP*) e destruição de grande estoque de PCB, a parceria com a Politécnica da USP para pesquisa sobre biodegradação de PCB já se encontra em fase de contratação e o arranjo para destinação de PCB em áreas sensíveis foi definido. As cartas-convite para participação no projeto foram enviadas a 9 destinadores nacionais. A equipe recebeu 5 propostas e 1 manifestação de interesse. As propostas foram avaliadas e encaminhadas para o Comitê Consultivo Regional de Aquisições (*Regional Advisory Committee on Procurement - RACP*) do PNUD.

O projeto é monitorado através dos indicadores. A matriz de risco foi revisada e o plano de gênero está em implementação. A Revisão de meio termo deve ocorrer entre 30 de julho e 25 de agosto.

Por fim, *Angélica Griesinger, Gerente do Projeto PCB Responsável*, elencou os próximos passos: (1) assegurar financiamento para troca de equipamentos (estudo e divulgação de fontes de financiamento); (2) monitoramento do inventário; (3) revisão e submissão de proposta para pilotos B.1 e B.2, parceria com o SENAI para capacitação das oficinas mecânicas; (4) parceria com a USP para piloto de biodegradação de PCB; (5) início do grande estoque de PCB; (6) implementação do plano de comunicação; (7) implementação do plano de gênero atualizado; (8) publicação e constante atualização do site do projeto; (9) revisão de meio termo do projeto; (10) monitoramento periódico do projeto e dos riscos.

## **7.6 Proposta de Projeto do GFC**

O *coordenador da Conasq* comunicou que o projeto elaborado no âmbito da Conasq não foi aprovado pelo board do GFC, tendo o secretariado priorizado os projetos regionais nessa rodada de inscrições.

Foi dada a palavra para o representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Kelvin Helps, para falar sobre o tema.

A próxima rodada de aplicações para o fundo do GFC contará com mais recursos. A previsão é que a rodada de aplicações se inicie em setembro.

## **8. Informes:**

### **8.1 RoHS no Conama**

O *coordenador da Conasq* informou que no dia 27 de março a Secretaria de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SQA) encaminhou a proposta de resolução elaborada pelo GT-RoHS ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), juntamente com uma Nota Técnica e uma Análise de Impacto Regulatório.

Apresentou um fluxograma do trâmite da RoHS no CONAMA (Anexo), destacando que a proposta de resolução encontra-se na Câmara Técnica de Admissibilidade do Conselho.

### **8.2 Chumbo em tintas**

O *coordenador da Conasq* lembrou que um pequeno grupo de membros interessados em fazer a análise do PL 3.428/23 havia sido formado, tendo se reunido três vezes. Em um primeiro momento, houve ímpeto de propor diversas alterações para aprimoramento do texto legislativo, porém o grupo ponderou que deveria focar em sugerir alterações apenas extremamente necessárias no PL 3.428/2023, pois esse já se encontrava em estágio mais avançado de elaboração e articulação, e grandes modificações no texto fariam com que este retornasse às fases iniciais de tramitação no Congresso.

Durante as reuniões desse pequeno grupo, muito se discutiu sobre a fragilidade do artigo que estabelecia as penalidades, já que o texto não refletia a necessidade do efeito dissuasório das penalidades administrativas. Foi pontuado, também, a necessidade de futuras atualização das isenções contidas no art. 3º do projeto de lei.

Em abril, o PL 3.428/2023 foi encaminhado ao MMA para que o órgão se posicionasse. A equipe técnica que acompanhou as discussões pontuou o que foi debatido durante as reuniões

e recomendou que as outras instituições da Conasq que participaram do grupo pudessem ser ouvidas para colaborar com o aprimoramento do PL.

Feita a análise técnica, o MMA se posicionou favoravelmente, com ressalvas.

### 8.3 OEWG GFC

Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para fazer o relato.

A Primeira Reunião do Grupo de Trabalho de Composição Aberta (OEWG) do Marco Global sobre Substâncias Químicas (GFC) teve como objetivo dar continuidade à implementação do novo marco global adotado na [ICCM5](#), promovendo uma gestão segura e sustentável de substâncias químicas em escala global. O encontro reuniu representantes de governos, setor privado, associações da indústria e de trabalhadores, academia e organizações não governamentais para discutir resoluções estratégicas, programas de implementação, financiamento e ações transversais voltadas à saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. A participação do Brasil demonstrou o compromisso do país com a agenda global de segurança química. Participaram: MRE, MMA, MS, Anvisa e Ibama.

Além disso, as discussões sobre os agrotóxicos altamente perigosos (*Highly Harzadous Pesticides*, HHPs) destacaram-se como uma prioridade, com vários países e organizações enfatizando a necessidade de medidas globais para reduzir seus riscos à saúde e ao meio ambiente. O debate centrou-se no fortalecimento de regulamentações para restringir o uso desses pesticidas, promover alternativas mais seguras e melhorar a capacitação de países em desenvolvimento no manejo de HHPs.

O Brasil, ao lado de outras nações, apoiou a integração de ações concretas no Plano de Implementação do GFC, reforçando a importância de abordagens regionais e cooperação técnica para lidar com esses produtos perigosos de forma eficaz. Durante duas reuniões de almoço foram discutidos os termos para criação da aliança e ficou decidido que o secretariado enviaria os documentos para as instituições contribuírem até agosto.

Durante o evento, o Brasil exerceu um papel ativo, facilitando discussões sobre o Plano de Trabalho Global do Programa de Implementação 1 (IP1), com ênfase em ações práticas como workshops regionais e orientações legislativas para fortalecer a governança de substâncias químicas até 2030. Além disso, o país se destacou ao apresentar a importância das Fichas de Dados de Segurança (SDS) em emergências químicas, usando como exemplo o acidente na Amazônia, e ao participar de debates sobre inovações em química verde, reforçando a necessidade de soluções sustentáveis.

A atuação brasileira também promoveu conexões estratégicas, com reuniões bilaterais junto a ONU Meio Ambiente e FAO, visando ampliar cooperações técnicas e oportunidades de financiamento. As discussões contribuíram para propostas como a criação de um Inventário Nacional de Substâncias Químicas, alinhando políticas nacionais às metas globais. Essa participação consolidou o Brasil como um ator-chave na implementação do GFC, reforçando seu papel na promoção de uma gestão química segura e sustentável em nível internacional.

### 8.5 Planilha de acompanhamento do GFC

O *coordenador da Conasq* lembrou que a planilha de acompanhamento do GFC havia sido enviada no dia 24 de fevereiro, através de Ofício, com prazo para devolutiva no dia 20 de março. O prazo foi posteriormente prorrogado para o dia 28 de março.

No ofício, havia sido solicitado que as contribuições fossem encaminhadas por e-mail e que, após análise do documento; caso algum membro julgasse que a planilha não se aplicasse a sua instituição, deveria formalizar esse entendimento também por e-mail. Ninguém se manifestou nesse sentido.

Recebemos contribuições do Ministério da Saúde e das ONGs. O MDIC sinalizou dificuldade de preencher a planilha e a ABEMA havia informado que estava aguardando resposta de consulta feita a ao Instituto Estadual do Ambiente.

Após compilar as contribuições recebidas, a equipe técnica entendeu que a metodologia escolhida não estava adequada, havendo dificuldade em visualizar o documento de forma rápida e otimizada, como foi inicialmente idealizado.

Por isso, a planilha foi reformulada e os assuntos reagrupados por áreas.

O documento será reenviado com novo prazo para devolutiva: 15/08.

## **8.5 OEWG SPP**

Foi dada a palavra à *representante do MRE, Juliana Becker*, para fazer o relato sobre os principais acontecimentos.

Em 20 de junho de 2025, após três anos de negociações mandatadas pela Resolução [5/8](#) da UNEA, foi estabelecido o Painel Científico-Político Intergovernamental sobre Produtos Químicos, Resíduos e Poluição (ISP-CWP).

O ISP-CWP se incorpora às principais instâncias intergovernamentais de referência, junto ao IPCC (clima) e à IPBES (biodiversidade), e representa avanço significativo na governança internacional da poluição, com o objetivo de aprimorar o conhecimento científico para a gestão responsável de produtos químicos e resíduos, além de prevenir a poluição em todas as suas formas.

Os negociadores brasileiros obtiveram grande êxito ao incluir o princípio do consenso como um dos princípios operacionais que nortearão o funcionamento do ISP-CWP, para assegurar que decisões de alto impacto político e técnico sejam tomadas com base na convergência e na construção coletiva.

O Brasil articulou-se com o GRULAC e com o Grupo Africano para garantir a manutenção da capacitação como função transversal do Painel e para evitar que polarizações políticas impedissem sua operacionalização no texto final.

No que se refere à governança, o Brasil, em coordenação com outros países em desenvolvimento, assegurou que a Plenária do Painel seja composta por Estados membros, garantindo igualdade soberana nas decisões que orientarão o trabalho do ISP-CWP.

O Painel tomará decisões em conformidade com as diretrizes defendidas pelo Brasil em foros ambientais multilaterais, buscando consenso para matérias substanciais e emendas nas regras de procedimento.



Em relação ao financiamento, foi aprovada a criação de um Fundo Fiduciário baseado em contribuições voluntárias, livres de condicionalidades ou orientações específicas, salvo decisão contrária adotada por consenso na Plenária.

Ficou acordada a criação de um Secretariado interino no PNUMA, com sede a ser definida em futura sessão plenária a partir de ofertas dos países.

## **9. Encerramento**

O *coordenador da Conasq* informou que a próxima reunião ocorrerá no dia 05 de julho. No entanto, avisou que, possivelmente será necessário marcar reuniões extraordinárias para tratar das contribuições da consulta pública do decreto e dos produtos do GTT-Substâncias Química em Plásticos.

Em não havendo mais nada a ser tratado o *Coordenador* agradeceu a presença de todos, desejou bom retorno e encerrou a reunião.

## **10. Resumo dos Encaminhamentos:**

- 1) MRE encaminhará relatos para a Secretaria Executiva da Conasq, que deverá circular os documentos entre os membros da Comissão;
- 2) A Secretaria Executiva da Conasq deverá comunicar a coordenação do GTT-Plásticos sobre a possibilidade de levar as discussões sobre as definições propostas na minuta do acordo para debate nas reuniões do grupo;
- 3) A Secretaria Executiva da Conasq deverá solicitar que a coordenação do GTP-BRS faça análise dos possíveis desdobramentos – *roadmap* – dos resultados da Convenção das Partes COP BRS 2025 para ser apresentada na reunião seguinte da Conasq

568  
569  
570

ANEXO  
RoHS NO CONAMA

RoHS no CONAMA

